

IBH I Serviços e Participações S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Período Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria da
IBH I Serviços e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da IBH I Serviços e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 22 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da IBH I Serviços e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 22 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é a responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de junho de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9

IBH I SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$ mil)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.554	Fornecedores	6	79
Adiantamento a Fornecedores		24	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	7	2.568
Impostos a recuperar	4	259	Impostos, taxas e contribuições	8	261
Partes relacionadas	9	801	Partes relacionadas	9	<u>82</u>
Outros Ativos		<u>19</u>	Total do passivo circulante		<u>2.990</u>
Total do ativo circulante		<u>2.657</u>			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
NÃO CIRCULANTE			Capital social integralizado	11.a	50
Impostos diferidos	5	<u>130</u>	Prejuízo acumulado	11.d	<u>(253)</u>
		<u>130</u>	Total do patrimônio líquido		<u>(203)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>2.787</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>2.787</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IBH I SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO FINDO DE 22 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto para o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	12	7.446
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	13	<u>(7.707)</u>
LUCRO BRUTO		(261)
Despesas operacionais	13	<u>(175)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(436)</u>
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	14	64
Despesas financeiras	14	<u>(11)</u>
		53
PREJUÍZO DO PERÍODO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		<u>(383)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	130
PREJUÍZO DO PERÍODO		<u><u>(253)</u></u>
Prejuízo por ação - básico e diluído	15	(9,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IBH I SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO FINDO DE 22 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2021</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	(253)
Outros resultados abrangentes	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u><u>(253)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IBH I SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO FINDO DE 22 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízo acumulado</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 22 DE FEVEREIRO DE 2021		-	-	-
Integralização de Capital	11.a	50	-	50
Resultado do período		-	(253)	(253)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>50</u>	<u>(253)</u>	<u>(203)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IBH I SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

PARA O PERÍODO FINDO DE 22 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do período		(253)
Ajustes:		
Impostos diferidos	5	(130)
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Impostos a recuperar	4	(259)
Adiantamento a fornecedores		(24)
Outros ativos		(19)
Fornecedores	6	79
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	7	2.568
Impostos, taxas e contribuições	8	261
Contas a pagar com partes relacionadas	9	(719)
Caixa liquido gerado pelas atividades de operacionais		<u>1.887</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital	11.a	<u>50</u>
Caixa liquido gerado pelas atividades de financiamento		50
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
		<u>1.554</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3	<u><u>1.554</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IBH I SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A IBH I Serviços e Participações S.A. (“Companhia”), constituída em 22 de fevereiro de 2021, localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,800 – Pista Sul – Itirapina – SP, iniciou as suas operações em 1 de julho de 2021 tendo por objeto social a prestação de serviços entre partes relacionadas com o objetivo de estruturar o centro administrativo das concessionárias parceiras, vide nota explicativa nº 9 e serviços descritos abaixo:

- a) Prestação de serviços de operação administração, direta ou indiretamente, no país ou no exterior, de rodovias, vias urbanas, estradas;
- b) Prestação de serviços de consultoria, orientação, organização, controle orçamentário, informação gestão entre outros no setor de rodovias;
- c) Prestação de serviços administrativos de rotina empresas, sob contrato, tais como planejamento financeiro, contabilidade outros;
- d) Participação em outras sociedades, como cotista ou acionista, no país ou no exterior;

A Companhia tem como controladoras direta a Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A., Infraestrutura Brasil Holding II S.A., Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A., que por sua vez tem como controladores indiretos o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Pátria III - Fundo de Investimento em Participações e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

1.1. Situação econômica e financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$333 e saldo de patrimônio líquido negativo de R\$203. Para não prejudicar a continuidade operacional das atividades a Companhia está renegociando os contratos de prestação de serviços e buscando o equilíbrio contratual com as empresas parceiras. Considerando que o serviço é realizado 100% com partes relacionadas o reequilíbrio financeiro será realizado através de correção contratual e não haverá necessidade de aporte de capital adicional.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

2.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias.

2.4.1. Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do período, tendo a sua apuração anual. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal.

2.4.2. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

2.5. Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.6. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Receita de contratos com clientes

Receita de Serviços

As receitas são reconhecidas no resultado na data em que os serviços são prestados aos clientes, mediante o aceite dos clientes confirmando que a obrigação de performance foi satisfeita.

2.7. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.9. Provisões

Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

2.10. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

2.11. Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

2.12. Reconhecimento de receita

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, na data em que os serviços são prestados aos clientes, mediante o aceite confirmando que a obrigação de performance foi satisfeita.

2.13. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras.

2.14. CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou aos CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:

CPC 50 (IFRS 17)	Contratos de Seguros
CPC 36 (R3) (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (IAS 28 alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture,
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
CPC 15 (R1) (Alterações à IFRS 3)	Referência à Estrutura Conceitual
CPC 27 (Alterações à IAS 16)	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
CPC 5 (Alterações à IAS 37)	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs (IFRS) 2018–2020	CPC 37 (R1) (Alterações à IFRS 1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros e CPC 06 (IFRS 16) – Arrendamentos
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1 e IFRS - Declaração da Prática)	Divulgação de Políticas Contábeis
CPC 23 (Alterações à IAS 8)	Definição de Estimativas Contábeis
CPC 32 (Alterações à IAS 12)	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>
Bancos	2
Aplicações Financeiras (i)	<u>1.552</u>
Total (ii)	<u><u>1.554</u></u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

- (i) Aplicações financeiras realizadas com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI à taxa média entre 90% e 100% em 31 de dezembro de 2021.
- (ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo.

4. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2021</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	62
Imposto de renda retido na fonte	91
Contribuições sociais retidas na fonte	<u>106</u>
Total	<u><u>259</u></u>

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda diferido	96
Contribuição social diferida	<u>34</u>
Total	<u><u>130</u></u>
2022	<u>130</u>
Total	<u><u>130</u></u>

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período:

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(383)
Alíquota nominal	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social nominal	130
Impostos de renda e contribuição social corrente	-
Impostos de renda e contribuição social diferido	<u>130</u>
	<u>130</u>
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	34%

6. FORNECEDORES

	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores – Serviços	<u>79</u>
Total	<u>79</u>

7. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/12/2021</u>
Salários e honorários	181
Encargos sociais e previdenciários	339
Provisão de férias	1.376
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	<u>672</u>
Total	<u>2.568</u>

8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/12/2020</u>
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	197
Imposto Sobre Serviços – ISS	<u>64</u>
Total	<u>261</u>

9. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes Relacionadas	Transação (*)	31/12/2021		
		Ativo	Passivo	Receita
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de Despesas/ Prestação de Serviços	458	-	(4.504)
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de Despesas / Prestação de Serviços	229	25	(2.267)
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Reembolso de Despesas/ Prestação de Serviços	114	57	(1.750)
Saldo em 31/12/2021		<u>801</u>	<u>82</u>	<u>(8.521)</u>

(*) Reembolso de despesas refere-se à pagamentos, pela IBH S, de pequenas despesas e cobrados via nota de débito das partes relacionadas.

Não há remuneração para os administradores em 31 de dezembro de 2021.

10. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía riscos de natureza cível, trabalhista ou tributária.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 7 de julho de 2021 houve aporte de capital no valor de R\$ 50, totalmente integralizadas, representando 50.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	26.000	52,0
Infraestrutura Brasil Holding II S.A.	12.000	24,0
Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A.	12.000	24,0

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva Legal

A reserva de lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

d) Prejuízo acumulado

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$253, resultado da destinação do prejuízo líquido do período de 2021, foi destinado à prejuízo acumulado.

12. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31/12/2021</u>
Receita com serviços	7.720
Serviços a faturar	<u>766</u>
Receita Bruta	8.486
Deduções da receita	<u>(1.040)</u>
Receita líquida	<u>7.446</u>

	<u>31/12/2021</u>		
	Receita com Serviços	Serviços a Faturar	Total
<u>Base de cálculo de impostos</u>	7.720	766	8.486
<u>Deduções</u>			
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (7,6%)	(587)	(58)	(645)
Programa de Integração Social - PIS (1,65%)	(127)	(13)	(140)
Imposto Sobre Serviços - ISS (3%)	<u>(232)</u>	<u>(23)</u>	<u>(255)</u>
	<u>(946)</u>	<u>(94)</u>	<u>(1.040)</u>

13. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2021</u>
Custos operacionais:	
Pessoal	(7.694)
Serviços de terceiros	(10)
Outros custos operacionais	<u>(3)</u>
Total	<u>(7.707)</u>

	<u>31/12/2021</u>
Despesas operacionais:	
Serviços de terceiros	(169)
Outras despesas operacionais	<u>(6)</u>
Total	<u>(175)</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras:	
Receita de aplicações financeiras	<u>64</u>
Total	<u>64</u>
Despesas financeiras:	
Outras despesas financeiras	<u>(11)</u>
Total	<u>(11)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>53</u>

15. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 31 de dezembro de 2021.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico:

	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo básico por ação:	
Prejuízo líquido do período	(253)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	<u>28</u>
Prejuízo básico por ação	<u>(9,04)</u>

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021, conforme quadro a seguir:
 - (i) O patrimônio líquido inclui todo o capital e os prejuízos acumulados da Companhia.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021, conforme quadro a seguir:

		<u>31/12/2021</u>
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	1.554
Passivos:		
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	79

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 9, respectivamente.

Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de rating.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

e) Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do período findo em 31 de dezembro de 2021.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

Operação	Risco	Saldo	Juros a incorrer		
		31/12/2021	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Caixa e equivalente de caixa	CDI	1.552	165	207	248

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	10,65%	13,31%	15,98%

(a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2022. Fonte de informação - "site" da B3: https://www.b3.com.br/pt_br/, acessado em 11 de fevereiro 2022.

17. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 17 de junho de 2022, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.